Prezado candidato/candidata,

Esta carta tem o objetivo de apresentar cinco eixos centrais para a transformação da educação brasileira nos próximos anos. Estes eixos são o resultado de processo longo e inclusivo de debates, envolvendo dezenas de lideranças que integram o Brasil & Século 21, em diversos encontros realizados no Brasil e no exterior, ao longo dos últimos quatro anos.

Não é nosso intuito listar todas as propostas ou enfrentar todos os desafios da educação brasileira. O objetivo central é de indicar, na melhor visão e experiência compartilhada pelo grupo, *o que deve vir primeiro*.

Antes de apresentar essas propostas em cada um dos eixos, apresentamos os objetivos do Brasil & Século 21, a natureza e o método de elaboração destas medidas.

***Brasil & Século 21***

O Brasil & Século 21 é um grupo que reúne líderes políticos, empresariais e da sociedade civil com o objetivo de promover o diálogo e de fomentar a execução de medidas que impactem o desenvolvimento socioeconômico do Brasil neste novo século.

A iniciativa, originalmente criada em parceria com a universidade de Harvard em 2011, evoluiu desde então para se tornar uma rede de cooperação inter-setorial com foco em Educação.

O grupo é composto por congressistas dos mais diversos partidos políticos (PT, PSDB, PMDB, PCdoB, DEM, PSB e PP) e secretários de educação de mais de uma dezena de unidades da federação, por alguns dos maiores empresários brasileiros, de distintos setores da economia, e por dezenas de organizações da sociedade civil, além de lideranças comunitárias e acadêmicas de alto quilate do Brasil e de algumas das principais universidades do mundo.

O objetivo do Brasil & Século 21 não é atuar como uma ONG, que executa um projeto social específico, nem como uma consultoria, que faz diagnósticos e avaliações para a ação do estado ou de empresa. Seu objetivo é agir coletivamente para construir convergência entre seus integrantes, para implementar projetos de alto impacto no Brasil.

***Natureza e método da ação***

As propostas aqui apresentadas são fruto de um conjunto de encontros realizados ao longo dos últimos quatro anos. O primeiro encontro do grupo, em 2011, inovou na diversidade dos participantes e no método de discussão. O segundo encontro, em 2012, identificou a qualificação da educação como objetivo central para o desenvolvimento do Brasil. O terceiro encontro, em junho de 2013, gerou uma série de propostas concretas em distintas linhas para orientar a ação do grupo no país.

No último encontro, realizado em fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro, os participantes elegeram, entre as diversas propostas, **5 eixos específicos** para ação do estado, com apoio do mercado, da sociedade civil e da academia.

Como medida inicial, o grupo também deliberou encaminhar aos candidatos a Presidente da República, em um documento único e direto, a essência de cada proposta de ação.

***Convergências prioritárias***

A educação brasileira é repleta de diagnósticos e de propostas contrastantes, produzidos por distintas organizações, com variados níveis de detalhamento e de complexidade.

Cada um destes pontos de vista joga luz sobre um ou alguns dos desafios da educação e justifica ações concretas distintas nos diversos setores—infraestrutura, qualificação e salário dos professores, avaliação e sistemas de metas, evasão, pré-escola, ensino primário, médio e superior, investimentos em setores e regiões, entre vários outros.

Em que pese o mérito de cada ponto de vista, eles acabam por criar um emaranhado de urgências cujo efeito é paralisante no país. Quando tudo é “urgente”, nada é “prioritário”. A segmentação de esforços, que deveriam caminhar juntos, cria uma competição entre setor social, academia, mercado e o próprio estado. O efeito perverso é uma profunda limitação de nossa capacidade coletiva de colaborar para implementar medidas de grande impacto no país.

A arte da transformação social exige a sabedoria para fazer escolhas. E para acelerarmos as transformações na educação brasileira, acreditamos que é importante definir o que vem primeiro.

Entre os diversos caminhos que o Brasil pode escolher trilhar, entre as dezenas de metas e de projetos que a educação brasileira necessita, *quais devem vir primeiro?*

***Meta: impacto em 1 mandato***

O objetivo prioritário deste documento é de responder, de forma clara, sucinta e direta, quais são os 5 conjuntos de iniciativas que emergiram como *convergências prioritárias* entre os diversos membros do Brasil & Século 21.

Consideramos dois critérios decisivos na definição dessas prioridades. Primeiro, atacar os desafios estruturantes na educação brasileira, e não apenas questões cosméticas. São estes desafios básicos que, segundo o melhor de nossa experiência, terão amplo impacto no Brasil. As questões menos decisivas se resolverão a seu tempo e por si mesmas.

Segundo, elencar propostas que possam se cumprir no ciclo de *um mandato*. O maior desafio a qualquer projeto de desenvolvimento nacional é o tempo. As prioridades que são para valer, na educação como na vida, devem poder ser cumpridas em prazo relativamente curto.

Se os próximos líderes eleitos do Brasil concordarem em avançar nesta direção, saberão que terão ao seu lado o apoio intenso de grande número de lideranças nacionais, dispostas a contribuir para transformar a educação brasileira em menos de quatro anos.

***Proposta #1: Gestão profissional e transparente na educação***

Os dados acumulados ao longo de oito anos de aplicação da Prova Brasil, consolidados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), demonstram um dado revelador: escolas com alunos em níveis socioeconômicos equivalentes, situadas em um mesmo município e integrantes de uma mesma rede de ensino, com corpo docente selecionado pelos mesmos processos, têm resultados significativamente diferentes.

Por quê? Se as condições extrínsecas a essas escolas se assemelham, parece correto assumir que são fatores internos à dinâmica escolar que explicam esse hiato nos resultados. Estudos realizados por instituições especializadas e experiências de gestores públicos em diferentes lugares do Brasil destacam que o elemento central de diferenciação entre essas escolas é a gestão.

É notável observar como, mesmo nas regiões mais pobres do Brasil, gestores (e regimes de colaboração) capazes de mobilizar a comunidade, professores e os próprios alunos estão entre os grandes catalizadores do sucesso da Educação Pública no Brasil. Na maior parte do país, contudo, a escolha de gestores escolares e os critérios que organizam seu trabalho e seu avanço na carreira ainda são processos manchados por clientelismo.

Com intuito de criar um sistema de gestão eficaz, propomos 5 medidas centrais.

*a. Seleção meritocrática de gestores educacionais*

O ponto de partida para integrar o mérito e o desempenho na gestão escolar é a criação de processo seletivo criterioso para a seleção de gestores educacionais. A generalização deste processo deve levar em consideração duas realidades distintas do país.

Nos municípios e estados minimamente estruturados, a União pode condicionar a transferência de recursos voluntários à observância de critérios de desempenho no processo de seleção de gestores. Esta medida, além de combater o balcão de negociatas que, com frequência, macula o repasse de verbas, também estimularia os entes federativos a incorporar a meritocracia na escolha de seus líderes.

Nos municípios e estados radicalmente desestruturados, o gargalo decisivo para a realização de processos seletivos é a falta de capacidade financeira e administrativa do município (ou estado) para organizar este processo seletivo. Para suprir este déficit organizativo, não basta pedir ou estimular a ação local. A União deveria organizar processo seletivo geral, para auxiliar na seleção destes gestores locais.

*b. Formação de gestores escolares*

O treinamento e acompanhamento contínuo do gestor é condição de seu bom rendimento. Confinar o gestor em um centro de treinamento e sobrecarregá-lo com aulas teóricas desconectadas da sua realidade atenderiam a uma exigência burocrática, mas não aprimorariam a sua capacidade.

Nesse sentido, o processo de formação deve ser “em rede”. O processo de formação em uma rede deve, por um lado, ser oportunidade de orientação e de aprendizado *mediado pela prática*. Por outro lado, este processo deve servir de oportunidade de fomentar a colaboração, com compartilhamento de experiências entre agentes escolares sobre o que dá certo e sobre o que dá errado em cada escola e região. A melhor escola para capacitação da gestão de uma rede são as experiências organizadas da própria rede.

Para mediar esse processo de troca de experiências e de colaboração entre distintas redes escolares, sugerimos o fortalecimento da estrutura de *avaliadores educacionais* criada pela Secretaria de Articulação de Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação. Esta estrutura foi criada com o objetivo original de apoiar os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Educação. Os avaliadores também podem servir como linha de frente desse processo de compartilhamento e formação colaborativa entre as redes municipais.

*c. Avaliação de resultados e promoção na carreira*

O melhor critério para avaliar o bom desempenho do gestor é o resultado do seu trabalho. E o melhor critério para avaliar seu resultado é a aprendizagem do aluno. Para conectar o desempenho ao resultado, duas medidas centrais precisam ser consideradas.

A primeira é a criação de *programa de incentivos* à melhoria de performance para gestores. Neste programa, é importante considerar resultados de aprendizagem, fluxo e evasão, sem se esquecer das desigualdades decorrentes de diferentes contextos socioeconômicos e institucionais, e das peculiaridades e objetivos de cada rede escolar.

A segunda é organizar *processo contínuo de monitoramento*, que envolva a participação dos governos federal, estaduais e municipais. A própria rede de avaliadores da SASE também poderia assumir o papel de monitorar de perto o progresso dos resultados do município, providenciando, ao mesmo tempo, suporte nas áreas críticas.

*d. Autonomia financeira, administrativa e pedagógica*

A boa gestão deve conciliar objetivos comuns com variabilidade local. Definir metas de atuação compartilhadas, que ofereçam uma linguagem para aprendizado coletivo, com liberdade para o gestor mobilizar, de forma inteligente, os seus recursos disponíveis. E garantir a liberdade de ação na escola, para estimular a construção de novas lições sobre como aprimorar a capacidade de entrega de cada unidade escolar.

A autonomia deve vir acompanhada de *accountability,* com prestações contínuas e claras de informações a quem deve monitorar o uso dos recursos e os resultados. Uma forma de promover a transparência é criar programa de incentivos para as escolas que mantiverem práticas avançadas de governança, com ativa participação dos profissionais da escola e da comunidade. Um caminho é a transferência de recursos para livre gasto da escola, ou vinculados a uma atividade ou serviço (por exemplo, investimento em esporte ou atividades extracurriculares), como forma de estimular e animar a comunidade no processo de participação.

*e. Colaboração interfederativa e interescolar*

Ainda que as medidas citadas avancem com vigor, algumas regiões ou unidades escolares persistirão abaixo do padrão mínimo de qualidade. Com mais frequência, as melhores redes de ensino são aquelas em que há o menor desvio entre a média geral e o último quintil—como ilustram os casos da Finlândia, na experiência internacional, e de Sobral, no Brasil.

Para reduzir a distância entre o rendimento médio da rede escolar e sua base, é importante criar projetos de colaboração dentro da rede, e, nos casos mais graves, de proteção e resgate de escolas e redes com resultados precários.

A rede educacional brasileira tem avançado significativamente na transferência de recursos e de poderes. Há crescente número de colaborações entre escolas e municípios para resolver problemas de escala na aquisição de materiais escolares e de merenda, bem como compartilhar usos de infraestrutura física, como transporte escolar e salas de aula ociosas. Há, contudo, pouca colaboração para compartilhar “conhecimento”. Na educação, assim como nas demais políticas públicas, o federalismo brasileiro é um federalismo de coisas, não de práticas.

O estado brasileiro já possui amplas condições para aprofundar o espírito colaborativo na educação brasileira. O desafio é promover a circulação de conhecimento e de práticas na rede escolar. Um exemplo de sucesso vem do estado do Ceará. O estado criou programa de premiação condicionada em duas parcelas. A primeira é o pagamento de metade do prêmio “à vista”. A segunda metade é paga após a escola premiada cumprir uma condição: adotar e resgatar uma escola de baixo rendimento.

Este exemplo abre as portas para o desenho de uma série de medidas que fomentem a rotatividade entre professores e gestores escolares. Uma maneira de fazer isso é ajustar critério de progressão na carreira ao ensino em escolas de distintos níveis de performance e em distintas localidades. Prática similar já ocorre em carreiras jurídicas, diplomáticas, militares, servidores e funcionários públicos em distintas áreas. Ao incluir, entre os critérios de aprimoramento profissional, o exercício da docência em escolas diferentes, estimularíamos a troca e aprofundamento de experiências na rede.

Nos casos mais extremos, nem mesmo a circulação episódica de professores e gestores pode ser suficiente para resgatar unidades ou redes escolares radicalmente desestruturadas. O Brasil ainda conta com um contingente de “desamparados”—unidades escolares e municípios que, por carência de estrutura organizacional e de quadros minimamente qualificados, são incapazes de se desenvolver se deixados à própria sorte. Para resolver estes casos extremos, não basta direcionar os recursos, e não basta ordenar determinado tipo de ação—pois não possuem estrutura administrativa e conhecimento para captar e converter recurso em política.

A solução está em criar espécie de centros de apoio escolares, que operem, em regime excepcional e temporário, para resgatar casos mais extremos. Como cada situação extrema tende a ter complexidade única, o sucesso do resgate dependerá de soluções flexíveis e customizadas. Em vez de se criar nova burocracia uniforme, o caminho mais promissor é organizar e apoiar, técnica e financeiramente, a atuação da sociedade civil na base da pirâmide. Em saúde, assistência e desenvolvimento local, a sociedade civil, normalmente ágil e flexível, já tem realizado esta função com algum sucesso.

***Proposta #2: Rede nacional de inovação educacional***

Uma das maiores revoluções do conhecimento no Brasil no último meio século aconteceu na agricultura. O Brasil criou, a partir da década de 1970, um verdadeiro ecossistema de inovação e desenvolvimento agrícola, combinando distintas funcionalidades: expansão da fronteira do conhecimento, avaliação dos resultados, mapeamento das experiências exitosas, extensão técnica, resgate da base.

A próxima revolução no conhecimento poderia ocorrer na educação. Para realizar esta tarefa, o Brasil precisa partir do que já existe e constituir um ecossistema de inovação e desenvolvimento educacional. Não apenas uma nova “Embrapa”, em forma de instituição unitária e centralizada, mas um órgão coordenador, que integre, organize e alimente uma rede de inovação nacional.

*a. Órgão coordenador*

O ponto de partida é criar um órgão coordenador nacional, que atue como eixo central da rede educacional brasileira. Não se trata de criar mais uma instituição burocrática e pesada, com o intuito de disputar competências ou sobrepor o que já existe em escala menor. O órgão coordenador não precisa deter competência financeira ou executiva significativos; basta ter algum poder regulatório e normativo-regulamentar, no formato de uma agência ou instituição análoga.

Sua tarefa chave é estabelecer critérios para interligação da rede de inovação, e regular os três critérios-chave para sua operação e desenvolvimento: a expansão da fronteira, a avaliação de resultados e a disseminação de experiências exitosas.

*b. Conectividade*

A interligação da rede educacional pode criar oportunidade única ao país. Se o Brasil garantir, em um curto espaço de tempo (menos de cinco anos), que todos os nossos professores e alunos tenham acesso a internet de alta velocidade, pode se tornar um dos lugares mais atrativos do planeta para o empreendedorismo educacional, e para o desenvolvimento de soluções de vanguarda no século 21.

Avançar nesta direção exige, em primeiro lugar, realizar diagnóstico amplo da situação, nos municípios e escolas, da infraestrutura disponível para utilização das novas tecnologias.

Este diagnóstico deve servir, em seguida, à elaboração de plano de metas e de investimentos sobre infraestrutura escolar para conectividade (elaborado em parceria entre diversos órgãos ministeriais—em especial os Ministérios de Educação e das Comunicações—e grupos empresariais do setor).

*c. Funcionalidades*

Ao mesmo tempo que se cria a rede de inovação nacional, é importante definir os critérios para a regulação da dinâmica de inovação educacional no Brasil. Esta dinâmica de inovação contém três funcionalidades.

*i. Expansão da fronteira*

A primeira funcionalidade é expandir a fronteira do conhecimento. Novas tecnologias educacionais prometem diagnósticos precisos da aprendizagem e personalização do ensino com escala. Falta ao Brasil, no entanto, um *laboratório* organizado, especialmente na rede pública, para estimular o desenvolvimento e aprimorar novas tecnologias, práticas e conteúdos educacionais.

Este laboratório pode ser “pulverizado” pela rede escolar (como fez a cidade do Rio de Janeiro, elegendo conjunto de escolas com baixo desempenho para abrigar experiências educacionais inovadoras), ou “centralizado” em um órgão de inovação, que sirva de ponto de conexão para todos os agentes de inovação (como começou a realizar, recentemente, o estado de Santa Catarina).

Em ambos os formatos, há dois desafios decisivos para fomento à inovação educacional. O primeiro é superar a carência de linguagem comum e de ambientes estruturados para promover diálogo entre os diferentes setores da sociedade que compõem o “ecossistema educacional” (a academia, as empresas de base tecnológica, a indústria e as escolas e redes de ensino). Sem esta linguagem comum as inovações correm o risco de não corresponderem à demanda real das escolas.

O segundo é ajustar as condições jurídicas, orçamentárias e organizativas para fomentar o empreendedorismo educacional. Um dos exemplos de obstáculo, que dificulta a aquisição de novas soluções educacionais, é a vinculação dos repasses federais a destinações específicas (impedindo a escolha das escolas por métodos e ferramentas inovadoras). A solução destes desafios teria ainda o potencial de abrir a cultura brasileira para a experimentação de novas práticas na rede educacional.

*ii. Avaliação*

A segunda funcionalidade da rede de inovação é criar uma prática de testes sobre as experiências educacionais. Poucos países do mundo possuem estatísticas tão precisas sobre o rendimento escolar como o Brasil. É possível identificar, com facilidade, o rendimento médio dos alunos de qualquer escola pública, em qualquer bairro, em qualquer cidade do Brasil. Ao mesmo tempo, temos dificuldade de converter estes números em conhecimento e em políticas públicas.

Para compreender as experiências de sucesso, precisa é preciso desenvolver “ciência educacional”. No Brasil, esta função poderia ser desempenhada por instituições de ensino e pesquisa (universidades, institutos) credenciados por meio de processo de seleção específico, que se dispuserem a estudar o que dá certo ou não dá certo na realidade brasileira.

*iii. Disseminação*

A terceira funcionalidade, e talvez a mais importante, é a disseminação das práticas exitosas. O sucesso da inovação educacional—e também o seu principal desafio—está no *ganho de escala*. O mais comum é que as inovações acabem formando enclaves, destacados do restante da rede escolar.

Para evitar a formação destes enclaves e estimular a disseminação de práticas educacionais de vanguarda, o Brasil precisa criar e alimentar a extensão educacional. A extensão é a “correia de transmissão” entre a fronteira do conhecimento e a base do regime educacional. Na agricultura, esta conexão foi prestada, com grande relevo, pela EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - e pelas cooperativas agrícolas. No setor de comércio e de serviços, o SEBRAE tem feito este papel para beneficiar os pequenos empreendedores, em parceria com organizações comerciais regionais e locais. Na educação, falta organização/projeto que cumpra esta mesma tarefa.

Uma forma de estimular a formação/crescimento da extensão educacional no Brasil é por meio de “editais” de serviços de extensão. Assim como já vem sendo realizado em distintos países da Europa, o setor privado e social tem o potencial de organizar a transferência de conhecimento e práticas avançadas à base da rede pública.

O órgão coordenador nacional deve estabelecer critérios nacionais para organizar e estimular a ação dos distintos atores dos setores público e privado em todos os níveis (federal, estadual e municipal) para fomentar a inovação, a avaliação e a disseminação de experiências de sucesso.

***Proposta #3: Exame nacional de professores***

Na última década, o Brasil avançou substancialmente nas políticas de avaliação para a educação básica. Os progressos quantitativos e qualitativos na aplicação da Prova Brasil (e, consequentemente, no cálculo do Ideb) e na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) auxiliam a diagnosticar as defasagens de aprendizagem dos alunos. Estes diagnósticos servem como ponto de apoio para formulação de políticas públicas de melhoria do ensino.

Contudo, ainda não possuímos progresso similar no campo da seleção, qualificação e avaliação de professores.[[1]](#footnote-2) Os concursos para seleção docente são fragmentados, cada qual com critérios próprios e frequentemente sem foco nos conhecimentos e nas competências necessários para geração de melhores resultados educacionais. A progressão de carreira dos quadros públicos tampouco consideram critérios nacionais de sucesso.

Para organizar e aprimorar a seleção de professores no país, é fundamental combinar duas medidas.

De um lado, organizar processo de seleção em âmbito nacional, com critérios mínimos, que sirvam de base de apoio para seleção dos municípios e estados com limitada capacidade de realizar seus próprios concursos públicos de admissão. A União, neste caso, atuaria para suprir, pontualmente, falha do federalismo brasileiro, complementando o que municípios não conseguiriam resolver por si só, por limitações de conhecimento ou de escala. De outro lado, estimular a adesão dos municípios e estados à prova nacional. Programa de incentivos podem estimular esta adesão ao processo de seleção nacional.

Processo seletivo nacional, além de suprir a carência de estrutura local, também tem o potencial de gerar mudanças no padrão de ensino das escolas de pedagogia e licenciaturas. Ao consolidar uma referência nacional de competências necessárias aos profissionais da educação básica, a prova nacional pode fixar um ponto de referência mínimo, porém claro, para a investigação e para o treinamento profissional no Brasil.

O processo seletivo nacional dever-se-á estruturar em torno de uma matriz de competências docentes que, por sua vez, deverá estar voltada para uma base curricular comum do aluno. Por conseguinte, há uma preliminar, definida constitucionalmente: aprovar a Base Nacional Comum da Educação. Esta base fixaria o *mínimo* que cada aluno deve aprender, em cada etapa de sua educação. E, ao fazer isso, daria vida ao direito universal ao aprendizado.

***Proposta #4: Ressignificação da carreira docente***

A carreira docente perdeu atratividade para os jovens brasileiros. Os salários iniciais, em vários locais, são baixos, a progressão de carreira é lenta e frequentemente desvinculada de sistemas de mérito e desempenho. Na maioria dos estados e municípios, não há sistemas de avaliação e qualificação docente, e a legislação amarra o gestor, restringindo sua possibilidade de exonerar os servidores públicos com baixa performance e promover os bons profissionais.

Diversos estudos conduzidos pelo Ministério da Educação e consultorias privadas demonstram que os melhores alunos da educação básica no Brasil não escolherão a carreira docente, como acontece em outros países como Finlândia e Coréia do Sul, onde em torno de 30% dos melhores alunos desejam ser professores.

Na prática, o que acontece é a perpetuação de um sistema vicioso (escalonamento do fracasso): poucas crianças tem acesso a uma educação básica de qualidade; destas, poucas terão acesso ao ensino superior; e, por fim, uma fatia ainda menor escolherá um curso de pedagogia ou licenciatura. Os poucos professores que emergirem deste processo, por sua vez, terão muito provavelmente uma formação desconectada com a realidade e, quando forem para a sala de aula, serão incapazes de gerar bons resultados de aprendizagem para os seus alunos, retroalimentando e perpetuando a situação precária do sistema.

Consideramos fundamental a adoção de medidas para elevar a dignidade da carreira de professor no Brasil.

A primeira delas é criar planos de carreira que permitam contínua valorização financeira da profissão, combinado com melhoria da qualidade do serviço público. A educação pode se inspirar em outras experiências que associam transferência de recursos ao rendimento. É isso o que acontece, na saúde, com o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ) e, na assistência social, com o Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M). O mesmo conceito pode ser adaptado à educação. A partir de dados do Ideb e do Censo Escolar, organizar aumento de remuneração do docente à melhoria de qualidade do ensino. Alternativa mais suave e gradual seria avançar, no Brasil, programas de qualificação contínua do professor, medida por certificação periódica, em exame nacional. O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) já avança com piloto desta natureza no ensino da matemática.

A segunda medida decisiva é investir na formação e treinamento de docentes. Com dois focos.

De um lado, valorizar o conhecimento metodológico/didático e a experiência prática, dentro da realidade da escola. Uma medida pontual e potencialmente significativa, para estimular o ensino prático nas escolas de pedagogia e licenciaturas, é *ampliar o percentual relativo de carga horária de prática de ensino* nos cursos de licenciatura e pedagogia. Outro passo é incrementar o *papel do estágio probatório*, como instrumento de formação do profissional em início de carreira. O estágio tende a ser mais proveitoso se o novo profissional se inserir em escolas com alto “delta” de resultados (i.e., escolas com performance superior às esperadas pelo nível socioeconômico dos seus alunos).

De outro lado, a formação técnica de nossos professores para incorporar a tecnologia no ensino. O que ameaça o professor e a escola hoje não é a tecnologia—um computador ou um software—mas a sua incapacidade de aproveitá-la em seu benefício. Como em tudo o mais a nossa volta (trabalho, lazer, transporte, e em nossas casas), a tecnologia chegará à escola. E poderá ser arma vigorosa de potencialização do aprendizado e de valorização da carreira. Para preparar nossos professores para as novas oportunidades, o Ministério da Educação deveria lançar programa ambicioso de formação de docentes, para uso de tecnologia em aula. Nesta tarefa, poderá contar com apoio técnico intenso de organizações da sociedade civil, bem como utilizar a plataforma de programas já existentes, como Pbid – Programa Institucional de Bolsa e Iniciação à Docência.

A consequência natural destas medidas de valorização financeira, técnica e social da carreira de professor é atrair, para seus quadros, jovens cada vez mais qualificados e com disposição para contribuir para o aprimoramento de nossas gerações futuras.

***Proposta #5: Lei de Responsabilidade Educacional***

Os problemas da educação afetam diretamente as crianças e jovens no presente. Estes problemas são resultado de anos de políticas públicas equivocadas e descaso de gestores públicos em diferentes lugares e esferas. As políticas que resolverão estes problemas, por sua vez, serão com mais frequência sentidas apenas no futuro, após anos de ação pública. Para agravar, ao contrário do que ocorre na segurança e na saúde, o eleitor é normalmente incapaz de perceber os sinais de desatino educacional, exceto nos seus aspectos mais evidentes (como a falta de infraestrutura dos estabelecimentos de ensino).

O efeito combinado destas constatações acaba jogando a política educacional em um *limbo de irresponsabilidade*. Os políticos de hoje não podem ser diretamente responsabilizados pelo que ocorreu no passado – pois os problemas foram causados por outros líderes. Tampouco podem ser responsabilizados pelo que apenas se irá sentir, de fato, no médio e longo prazo – pois os efeitos de suas ações são diferidos no tempo.

Sobram os critérios processuais de controle, como cumprimento das regras de investimento mínimo, que não focam no resultado final do processo educacional, ou avaliações técnicas e periódicas de aprendizagem, que jogam luz sobre o problema e formam rankings estatísticos, porém abstratos demais para atingir a sensibilidade das pessoas comuns.

Em diferentes regiões, as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação sobre o Ideb não estão sendo atingidas; e nos casos mais graves, os resultados estão piorando em relação a avaliações anteriores. O desempenho do aluno médio brasileiro ainda é muito inferior ao observado em países desenvolvidos, integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em termos comparativos, o país está perdendo a corrida pelo desenvolvimento com outros países emergentes.

Se os políticos não podem ser responsabilizados pelo passado nem pelo futuro, e se as técnicas de avaliação do presente são limitadas, como é possível resolver o gap de responsabilização sobre a política educacional?

A saída definitiva é o *controle da política* pelo resultado do trabalho alcançado na educação - o critério de responsabilidade educacional. O poder de gerir os recursos deve estar acompanhado de mecanismos de responsabilização pelos *resultados institucionais*. No Congresso Nacional, tramita substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.420 de 2006, que cria os elementos centrais que permitirão a responsabilização educacional: definição do padrão mínimo de qualidade da educação pública básica, o financiamento supletivo para os municípios incapazes de atender as demandas exigidas, a responsabilização pelo cumprimento de metas educacionais, com a ação civil pública de responsabilidade educacional em caso de negligência dos padrões estabelecidos e piora na performance de aprendizagem e aprovação dos alunos. O objetivo prioritário é acabar definitivamente com o “limbo de irresponsabilidade” e vincular o líder político à qualidade do seu trabalho na educação brasileira.

A questão é polêmica e não tem recebido a devida prioridade no processo legislativo. Propomos que o conteúdo deste projeto seja uma vez mais levado a debate no início do próximo mandato legislativo (como determina agora a própria estratégia do PNE). Independente de a lei ser aprovada em seu texto atual, ou de ser alterada para aprimorar seus critérios, o Brasil precisa fechar o cerco, de uma vez por todas, à negligência política na educação, que prejudica de maneira fatal as crianças e jovens do presente.

**Conclusão**

No dia 1o de janeiro de 2015, quando o novo ciclo de gestão governamental começar, os líderes do Brasil precisarão definir como avançar. Poderão fazer suas escolhas sobre como seguir adiante. E serão monitorados e avaliados por elas.

Os cinco eixos de ação apresentados neste documento apontam para um horizonte fértil. Neste horizonte, o/a Presidente do Brasil, independente de seu partido, de sua linha ideológica, de suas preferências, poderão contar com amplo apoio de dezenas de lideranças nacionais, para colocar em prática medidas de alto impacto, em um único mandato.

Por fim, o intangível. Por mais que haja recursos e disposição para fazer, o sucesso desta agenda educacional dependerá, em última análise, de quem estiver no comando do navio. Para o Ministro na liderança, ao menos três qualidades serão decisivas. *Vigor*, para se jogar de corpo e alma no trabalho, a ponto de se confundir com ele. *Tenacidade*, para manter a proa no rumo certo, quando o vento de calda chegar ligeiro. E, acima de tudo, *grandeza de espírito*, para tratar a qualidade da educação, neste momento de nossa história nacional, como ela deve ser—a grande prioridade do Brasil.

1. O Plano Nacional da Educação prevê, em sua estratégia 18.3, “realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PNE, prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública”. [↑](#footnote-ref-2)